



TJ-MT

Analista Judiciário- Administração

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	28

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	15

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

NOÇÕES DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

SUMÁRIO



NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS1
GABARITO19

NOÇÕES DIREITO CIVIL

EXERCÍCIOS1
GABARITO17

NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EXERCÍCIOS1
GABARITO18

NOÇÕES DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS1
GABARITO16

NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS1
GABARITO17



1. (2024)

Em muitas frases podemos optar entre a presença de um termo preposicionado ou de um só vocábulo: tempo de escola = tempo escolar.

A frase abaixo em que o termo preposicionado sublinhado pode ser adequadamente substituído por um só termo, é:

- (A) A sabedoria dos velhos é um grande erro. Não chegam a ser mais sábios, apenas mais prudentes;
- (B) Abrace muito, beije e ria, já que a vida é de graça;
- (C) Tente colocar bom senso na cabeça de um tolo e ele dirá que é tolice;
- (D) O ótimo é inimigo do bom;
- (E) Quem se senta no fundo de um poço vai achar pequeno o céu.

2. (2024)

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol

Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado. O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado, do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.

[...]

A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

E já existe um: o *Fusarium oxysporum*. Trata-se de um fungo que se desenvolve no solo, e infecta as raízes das bananeiras, impedindo que elas puxem água e nutrientes. Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.

[...]

O preço da banana

[...]



1. (2024)

A amostra de idades a seguir foi obtida:

20 35 23 54 46 22 41 50 38 40 35 18 32 29 31 56 37

A mediana dessas idades é igual a

- (A) 34
- (B) 35
- (C) 36
- (D) 37
- (E) 38

2. (2023)

Uma maneira de detectar valores aberrantes (outliers) é considerar observações que estejam a uma distância de $1,5 \cdot \text{IQR}$ do primeiro (Q1) ou terceiro (Q3) quartis, onde IQR é o intervalo interquartil da amostra.

Considere a seguinte amostra de quantidade de cachorros-quentes vendidos durante dez dias:

11, 11, 12, 13, 9, 12, 9, 10, 11, 13.

Suponha que numa data posterior tenham sido vendidos cinco cachorros-quentes.

É correto afirmar que este é:

- (A) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,5;
- (B) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,75;
- (C) um valor não aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,75;
- (D) um valor não aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,5;
- (E) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 3.

3. (2024)

Em uma região, há 6 cidades: A, B, C, D, E e F. Da cidade A, só saem 3 estradas: uma para a cidade B, uma para a cidade C e outra para a cidade E. Da cidade B, partem apenas 2 estradas: uma para a cidade D e outra para a cidade E. Da cidade C, também só partem duas estradas: uma para a cidade E e outra para a cidade F. As cidades D, E e F não estão conectadas por outras estradas além das já citadas anteriormente.

Um morador na cidade A decide fazer um passeio de bicicleta para alguma outra cidade. Ele decide que, toda as vezes em que tiver que deixar uma cidade, escolherá de forma aleatória uma das estradas disponíveis, considerando-as equiprováveis na hora do sorteio. Esse morador também decide que não voltará para uma cidade em que já esteve.



1. (2024)

Buscando estabilidade e boas condições de trabalho, um cidadão pretende ocupar cargo público de provimento efetivo integrante da estrutura do estado de Mato Grosso. Nos termos da Lei Complementar Estadual no 4/1990, as carreiras serão organizadas em classes de cargos.

Correspondendo à remuneração do cargo, encontram-se as classes desdobradas em

- (A) níveis
- (B) cotas
- (C) salários
- (D) padrões
- (E) nichos

2. (2024)

Um servidor público foi colocado em disponibilidade devido à extinção do órgão onde exercia suas funções, tendo permanecido nessa condição por mais de 24 meses.

Nos termos da Lei Complementar Estadual no 4/1990, o aproveitamento do servidor que se encontra em disponibilidade há mais de 12 meses dependerá de prévia comprovação de sua

- (A) atualização cognitiva
- (B) aprovação seletiva
- (C) capacidade física e mental
- (D) integridade financeira
- (E) reputação ilibada

3. (2022)

A Lei Complementar Estadual nº 04, de 15 de outubro de 1990, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Com relação às disposições da supracitada lei, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Os cargos de provimento efetivo da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações criadas e mantidas pelo Poder Público, serão organizados e providos em carreiras.

() As carreiras serão organizadas em classes de cargos, observadas a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem assim a natureza e complexidade das atribuições a serem exercidas e manterão correlação com as finalidades dos órgãos ou entidades a que devam atender.

() Classe é a divisão básica da carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, segundo o nível de atribuições e responsabilidades, inclusive aquelas das funções de direção, chefia, assessoramento e assistência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V



1. (2024)

Um gestor de unidade de serviço público vem enfrentando problemas no processo de gerenciamento de materiais e estoques. Os funcionários relatam dificuldades em saber a quantidade de unidades de determinados insumos utilizados em um período e quantas vezes por ano necessitam comprar esse insumo. Assim, a organização acaba por encarar falta total do insumo ou descarte por validade expirada.

A análise das possíveis justificativas apontou para o problema de:

- (A) incorporação de novos operadores logísticos;
- (B) redução do capital circulante e custo de operação;
- (C) adoção de novas tecnologias e sistemas de informação;
- (D) formação de parcerias entre empresas de suprimentos;
- (E) inventário e controle do giro dos produtos desatualizados.

2. (2024)

Certa organização consome mensalmente, em média, 120 unidades de determinado insumo. O insumo é comprado de um fornecedor em lotes de 150 unidades, ao preço de R\$8,00 por unidade. A organização adota sistema de reposição contínua para o estoque desse insumo e mantém um estoque de segurança de 40 unidades do insumo. O custo de pedido é de R\$10,00, o custo de posse do estoque é de R\$8,00 por unidade ao ano e o tempo de ressuprimento é de nove dias corridos.

Na situação descrita, é correto afirmar que (considere que um mês tem 30 dias):

- (A) o estoque médio é de 95 unidades;
- (B) o ponto de pedido (PP) é de 76 unidades;
- (C) o lote econômico de compra (LEC) é de 48 unidades;
- (D) o número de pedidos, com base no LEC, é de 20 ao ano;
- (E) o intervalo entre os pedidos, com base no LEC, é de 12 dias.

3. (2024)

Em todas as áreas funcionais de uma empresa, os administradores exercem as funções administrativas, que correspondem às etapas do processo administrativo: planejar, organizar, dirigir e controlar. Considere as afirmativas a seguir sobre algumas atividades gerenciais e as funções administrativas.

- I. A implementação de políticas de gestão participativa está relacionada à função direção.
- II. A aplicação de recursos financeiros está relacionada à função planejamento.
- III. A definição da estrutura de cargos e salários está relacionada à função organização.
- IV. A avaliação de desempenho dos funcionários está relacionada à função direção.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;



1. (2024)

Em publicação de 2015, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de orientar as boas práticas sobre a atividade orçamentária, apresentou 10 princípios orçamentários, materializados por recomendações ali previstas.

De acordo com a publicação, é **correto** afirmar que

- (A) é preciso alinhar os orçamentos públicos com as prioridades estratégicas de curto prazo do governo, não sendo prioridades as estratégias de médio e longo prazo.
- (B) os orçamentos públicos podem prever regras amplas, abrangentes e técnicas, com vistas a enquadrar as receitas e despesas mais facilmente.
- (C) os orçamentos públicos deverão considerar os planos de investimento de capital para suprir as lacunas de capacidade econômica, desenvolvimento de infraestrutura e das necessidades e prioridades setoriais e sociais.
- (D) em regra, os orçamentos públicos devem ser secretos, sendo a publicação restrita aos itens que não comprometam a segurança nacional.
- (E) o orçamento público não permite, sob nenhuma hipótese, flexibilidade à execução orçamentária, sendo irregular quaisquer emendas parlamentares.

2. (2024)

Na proposta do Plano Plurianual 2024-2027 de um estado da Federação, foi contemplado o programa “0661 Cultura Criativa”. O referido programa, de responsabilidade da Fundação Estadual de Cultura, tem o objetivo de formular, promover e apoiar programas de desenvolvimento cultural nas áreas artísticas, além de coletar e analisar dados culturais e indicadores para impulsionar a economia criativa.

Uma das ações desse programa tem como meta a implementação de 147 Centros de Desenvolvimento Cultural (CDCs), que requerem investimentos da ordem de R\$ 47 milhões (despesa de capital) ao longo do quadriênio, com recursos do tesouro do Estado.

O padrão de apresentação dos programas no PPA desse estado costuma ser bem enxuto, de forma que não havia quaisquer outras informações sobre o referido programa.

Assim, uma informação que precisa ser acrescentada na descrição do programa para atender aos requisitos de elaboração do PPA refere-se:

- (A) a critérios para transferências de recursos ao programa;
- (B) à fonte de compensação para a destinação do recurso;
- (C) a impacto do programa nas metas do orçamento fiscal;
- (D) à modalidade de aplicação dos investimentos do programa;
- (E) à regionalização dos objetivos do programa.



1. (2024)

O prefeito do Município Imaginário questionou Emília, que é procuradora de tal ente federativo, se existe distinção entre poder regulamentar e a chamada deslegalização.

Diante de tal questionamento, Emília respondeu **corretamente** que

(A) a deslegalização corresponde à edição de regulamentos autônomos pelo Chefe do Poder Executivo nas hipóteses autorizadas pela Constituição.

(B) apesar de distinções formais, as normas decorrentes da deslegalização ou do exercício do poder regulamentar têm a mesma essência, fundamento constitucional e podem inovar no ordenamento jurídico, ainda que não se trate de regulamentos autônomos nesse último caso.

(C) o poder regulamentar abarca a edição de decretos regulamentares e de decretos autônomos e não pode ser confundido com a deslegalização, que corresponde à autorização do Poder Legislativo para a edição de leis delegadas.

(D) a edição de normas pelo Poder Executivo exaure-se no poder regulamentar destinado à fiel execução de lei, não sendo admitidos no ordenamento pátrio nem os regulamentos autônomos, nem a deslegalização.

(E) na deslegalização, o poder legislativo autoriza que as entidades dotadas de capacidade institucional inovem no ordenamento jurídico em matéria de ordem técnica em seu âmbito de atuação delimitado na respectiva lei.

2. (2024)

Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

(A) a avocação temporária de competência.

(B) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.

(C) o deferimento de uma licença profissional.

(D) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.

(E) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

3. (2024)

Caso os agentes competentes no regular exercício do poder de polícia administrativa verifiquem que em determinada farmácia estão sendo vendidos medicamentos vencidos, ou seja, fora do prazo de validade, que colocam em risco a saúde da população, cuja apreensão e inutilização tem fundamento legal, tais agentes devem promover a autuação do estabelecimento e, dentre outras medidas cabíveis:

(A) comunicar a existência dos medicamentos vencidos à polícia militar para que seja possível a apreensão de tais mercadorias;

(B) comunicar aos órgãos públicos pertinentes, para que seja formulado pleito judicial que possibilite a apreensão de tais mercadorias;

(C) apreender prontamente os referidos medicamentos vencidos, viabilizando o exercício da ampla defesa e do contraditório de forma diferida;



1. (2024)

Joana, estudante de Direito Constitucional, questionou seu professor em relação à correlação dos elementos estruturais do conceito de cidadania plena, à sua atribuição à pessoa humana e à forma de fruição.

Considerando os distintos aspectos afetos ao referido conceito, o professor respondeu, corretamente, que

(A) seus aspectos estruturais se resumem ao direito de participação política efetivado de modo crítico, com pleno reconhecimento da realidade circundante.

(B) a atribuição e a correlata fruição de seus distintos aspectos pressupõem o alistamento eleitoral perante a estrutura estatal de poder competente.

(C) abrange o reconhecimento de uma esfera jurídica individual imune à intervenção estatal e à fruição de direitos prestacionais.

(D) somente está ao alcance dos brasileiros natos, não dos estrangeiros, salvo se residentes no território brasileiro há mais de dez anos.

2. (2024)

No capítulo dos Direitos Sociais, a CRFB/88, em seu Art. 7º, elenca os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

Dos direitos previstos, indique aquele que até o presente momento **não** foi regulamentado e, assim, **não** pode ser exercido pelos trabalhadores brasileiros.

(A) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

(B) Adicional de remuneração para as atividades penosas.

(C) Proibição de trabalho noturno a menores de dezoito anos.

(D) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

(E) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.

3. (2024)

O instituto da cidadania estabelece direitos e deveres para os indivíduos pertencentes à determinada sociedade. Esses direitos podem ser divididos em civis, políticos e sociais.

Assinale a opção que exemplifica corretamente os **direitos sociais**.

(A) Direito à vida e à liberdade.

(B) Direito à representação política.

(C) Direito à propriedade privada.

(D) Direito à saúde e à moradia.



1. FGV - 2022

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõe sobre o conflito de leis no tempo:

“Art. 2º. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3º. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”. Analise as afirmativas a seguir.

I. Como o Código Civil é a “Constituição do homem comum”, emenda à Constituição Federal, editada posteriormente ao Código Civil de 2002, não revoga regras codificadas, quando conflitantes.

II. A criação dos chamados “microssistemas” não exclui a aplicação do Código Civil às relações jurídicas abrangidas pelos ditos “microssistemas”.

III. O Código de Defesa do Consumidor se tornou incompatível com o Direito Empresarial, após a vigência do Código Civil de 2002.

IV. Tendo em vista a necessidade da criação dos chamados “microssistemas”, desde o século XX passou a ser recomendado evitar a interpretação do Direito como unidade sistemática, a fim de se garantir a supremacia da Constituição Federal, a centralidade do Código Civil e a segurança jurídica.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, somente.
- (C) II, somente.
- (D) IV, somente.

2. FGV - 2022

Césio celebrou contrato de empreitada com a empresa GL1W. Pela avença, ficou acertado que as medições das obras seriam sempre feitas no dia 5 de cada mês. Subsequentemente, em quinze dias, o pagamento respectivo seria liberado.

Nos dois primeiros anos da execução contratual, a empresa não conseguia liberar a medição até o quinto dia, conforme pactuado. Césio, então, por sua mera liberalidade, aceitou, em todas as ocasiões, transferi-las para o dia 10, contando daí o prazo quinzenal para pagamento.

A partir do terceiro ano, a situação se normalizou, mas as medições continuaram a ser realizadas no dia 10. Um ano depois, a empresa pede judicialmente as diferenças financeiras pelos atrasos no pagamento, a aplicação de multa moratória sobre cada parcela e de juros de mora, devidos desde o início da execução do contrato.

À luz da boa-fé objetiva, Césio poderá alegar, em contestação, a ocorrência de:

- (A) *tu quoque*;
- (B) *surrectio*;



1. (2024)

O Projeto Florença, coordenado por Mauro Cappelletti, delineou três ondas renovatórias enquanto analisava os obstáculos ao acesso à Justiça.

Sobre as *ondas renovatórias*, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A primeira onda renovatória concentra-se na abordagem da desigualdade de gênero nos sistemas de justiça, buscando a implementação de ações destinadas a reestruturar o sistema jurídico em prol dos direitos das mulheres.

() A segunda onda renovatória caracteriza-se pela busca mais eficaz da proteção de direitos metaindividuais, como os direitos das áreas de proteção ambiental e dos consumidores, sejam eles difusos ou coletivos.

() A terceira onda renovatória abrange a assistência jurídica gratuita, referindo-se à prestação de serviços jurídicos para indivíduos em situação de hipossuficiência. As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

2. (2021)

Entre as características e contornos do processo estrutural, estão:

(A) predomínio de protagonismo judicial, com pouco espaço para o consensualismo, dada a indisponibilidade dos interesses em jogo;

(B) utilização de técnicas processuais flexibilizadoras, sem prejuízo do respeito a garantias básicas, como a estabilização do pedido e a congruência entre pedido e sentença;

(C) existência de decisões “em cascata”, estabelecimento de planos e atenção a regimes de transição;

(D) preocupação com a eficiência do procedimento, a efetividade da prestação jurisdicional e a celeridade da atividade satisfativa;

(E) utilização constante de precedentes vinculantes, proliferação de negócios jurídicos processuais e incentivo à atuação de *amici curiae*.

3. (2023)

No julgamento de um processo perante o Tribunal de Contas do Estado, em que se julgaram incorretas as contas prestadas por um agente público, foi, ao final, imputada a este a obrigação do pagamento do débito apurado.

Sabendo-se que foi observado o devido processo legal, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, é correto afirmar sobre o referido processo que:

- (A) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;



1. (2014)

Roberto, médico obstetra de um hospital público, é chamado a atender Maria, já em adiantado trabalho de parto.

Após algumas horas, a jovem, com 17 anos de idade, dá à luz uma criança saudável.

Conversando com a menor parturiente, Roberto toma conhecimento de sua precária situação financeira e da condição miserável em que vive com seus outros 02 (dois) filhos de relacionamentos diversos.

É informado por ela de que há uma família abastada interessada em ficar com o recém-nascido, a quem pretende entregá-lo tão logo obtenha alta hospitalar. Sobre a conduta do médico, é correto afirmar que:

(A) deve se manter distante da situação particular das gestantes que atende, considerando que o direito à intimidade e à vida privada são protegidos constitucionalmente;

(B) deve ajudar e facilitar a entrega do recém-nascido à família abastada, que ostenta condição econômica, familiar e psicológica mais favorável à criação da criança, levando em conta o princípio “do melhor interesse do menor”;

(C) deve verificar se o pai da criança e a família da parturiente menor de idade estão cientes e de acordo com a decisão de entregá-la à família abastada, considerando que compete aos familiares decidir o destino de seus integrantes, desde que respeitado o “melhor interesse do menor”;

(D) deve efetuar o imediato encaminhamento à autoridade judiciária da intenção da mãe da criança de entregá-la à adoção, ainda que convicto de que a decisão da mãe é a que melhor preserva o interesse do menor;

(E) deve comunicar o fato ao diretor do hospital, a quem compete tomar as medidas legais cabíveis.

2. (2018)

Vinte adolescentes entre 15 e 17 anos, todos desacompanhados, montam acampamento, na rua, em frente à porta de entrada do show de uma famosa banda internacional de pop rock, que ocorrerá daqui a cinco dias. Oficial da Infância e Juventude dirige-se até lá para conversar com o grupo, a fim de que evitem pernoitar no local, por ser muito perigoso.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, conclui-se que os adolescentes:

(A) poderão pernoitar no local, considerando o direito à liberdade;

(B) não poderão pernoitar no local, uma vez que violariam o direito à própria dignidade;

(C) poderão pernoitar no local, pela abrangência do direito ao respeito;

(D) não poderão pernoitar no local, pois o direito à liberdade não abrange a permanência;

(E) poderão pernoitar no local, em razão do direito à cultura.

3. (2023)

Carola, alemã, descobre, aos 29 anos, que tem uma irmã no Brasil, Maria, de 15 anos, fruto do relacionamento de seu pai com uma potiguar.

Muda-se, então, para Mossoró, onde estabelece seu novo domicílio. Consegue a guarda de sua irmã, com quem convive por três anos e meio até que, tamanha a ligação fraternal e o benefício recíproco da relação, ajuíza o pedido de adoção, o que muito alegra Maria.



1. (2022)

No Brasil, o princípio da proibição da dupla persecução penal ou da vedação à dupla incriminação:

(A) tem expressa previsão na Constituição da República de 1988;

(B) não tem previsão normativa, o que impede sua aplicação;

(C) tem expressa previsão no Código de Processo Penal;

(D) não tem previsão normativa, decorrendo implicitamente da Constituição da República de 1988;

(E) tem expressa previsão na legislação processual penal extravagante.

2. (2024)

Jonas, delegado de polícia, deflagrou um inquérito policial para apurar a prática de crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Contudo, meses após o início das investigações e esgotadas todas as diligências policiais cabíveis, não logrou êxito em apurar a autoria delitiva.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o delegado de polícia:

(A) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da indisponibilidade do procedimento investigativo;

(B) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da discricionariedade do procedimento investigativo;

(C) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da dispensabilidade do procedimento investigativo;

(D) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficialidade do procedimento investigativo;

(E) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficiosidade do procedimento investigativo.

3. (2024)

João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

(A) discricionariedade do inquérito policial;

(B) confidencialidade do inquérito policial;

(C) indisponibilidade do inquérito policial;

(D) dispensabilidade do inquérito policial;

(E) oficiosidade do inquérito policial.